

## EFEITOS DA PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE CONVERSÇÕES PÚBLICAS

*EFFECTS OF PARTICIPATING IN PUBLIC CONVERSATION GROUPS***Beatriz Adolfo\* ; Laura Vilela e Souza\*\* ; Murilo dos Santos Moscheta\*****\* Universidade Estadual de Maringá; \*\* Universidade de São Paulo  
murilomoscheta@me.com**

## Resumo

**Palavras-chave**Conversações públicas  
Construcionismo social  
LGBT  
Diálogo

O objetivo desta pesquisa foi analisar o efeito da participação de profissionais da saúde, educação e religiosos em grupos de conversações públicas com pessoas LGBT. Os participantes foram entrevistados algumas semanas após a participação nos grupos. Os profissionais mencionaram que essa metodologia de diálogo (intitulada Projeto de Conversações Públicas) permitiu com que aprendessem como qualificar suas práticas, refletirem sobre as dificuldades de se falar sobre gênero e diversidade sexual em seu contexto de atuação, e que tivessem contato com histórias impactantes de violência e discriminação de pessoas LGBT. O formato de conversa permitiu falar e escutar em um ambiente de menos julgamento. As diferenças nos efeitos produzidos por cada grupo são discutidas em relação às diferenças na composição grupal e às especificidades do contexto dentro do qual cada temática abordada se insere.

## Abstract

**Keywords**Public Conversations  
Social Constructionism  
LGBT  
Dialog

The aim of this research was to analyze the effects of the participation of health, education and religious professionals in public conversation groups with LGBT people. Participants were interviewed some weeks after the groups for feedback. Professionals declared that this dialogic method (known as Public Conversations Project) allowed a qualification of their practices, awareness about the challenges of talking about gender and sexual diversity at their professional's contexts, and a broader contact with narratives of violence and discrimination against LGBT people. The structure of dialogue allowed participants to talk and listen in a less evaluative context. Differences in the effects produced by each group are discussed in relation to the differences in the group composition and to the specificities of the health, educational and religious contexts.

Adolfo, Beatriz; Souza, Laura Vilela & Moscheta, Murilo dos Santos (2016). Efeitos da participação em grupos de conversações públicas. *Athenea Digital*, 16(3), 441-463. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.2015>

**Introdução**

Os debates referentes aos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT) ganharam proeminência na sociedade brasileira nos últimos anos. Esse tema, muitas vezes polemizado, envolve diferentes entendimentos relacionados aos direitos e liberdade no âmbito do exercício da sexualidade e da construção de gêneros que com frequência configuram cenários sociais de intolerância característica de determinados grupos sociais em relação aos LGBT's. Em diversas situações essa intolerância acaba transformando-se em preconceito, violência e discriminação.

Em relação aos grupos sociais existentes em nosso país, Miriam Adelman (2000) afirma que o discurso sobre o direito igualitário de todos os indivíduos pode parecer

humanitário e inclusivo. Contudo, são as relações implicitamente estabelecidas em nossa sociedade, que excluem grupos de pessoas do poder, da riqueza, da cultura e da dignidade. Nesse cenário, formas específicas de vivências sexuais são classificadas como “naturais”, e essas formas institucionalizadas da prática sexual se chocam com as diversas formas existentes de se viver a sexualidade.

Apesar da tolerância à homossexualidade ter aumentado, esta ainda não representa a postura da maioria da população (Paiva, Aranha & Bastos, 2008). As crenças religiosas cristãs podem ser apontadas como um dos fatores sociais que dificultam a construção de uma cultura menos discriminatória no Brasil, muitas vezes por serem acionadas como elemento legitimador na construção de discursos que instigam à homofobia. No contexto brasileiro, há que se considerar o uso político dessas crenças religiosas, uma vez que o discurso de oposição aos direitos LGBT tem frequentemente sido utilizado para a aglutinação de forças conservadoras naquilo que se chama a ‘bancada evangélica’ em instâncias político-governamentais (Moretti-Pires, Tesser-Júnior, Vieira & Moscheta, 2016). Segundo Fernando Guimarães e Mariléia Rosa (2012), a homofobia consiste em qualquer forma de discriminação e preconceito contra homossexuais, apresentando a homossexualidade como errada, anormal, patológica, como algo que ou não pode existir ou deve se limitar à esfera privada. Dessa forma, a discussão sobre essa temática possibilita que haja o planejamento de iniciativas e políticas públicas que implementem melhorias para a população LGBT. Enquanto a homossexualidade é tida como desvio, a heterossexualidade é normativa e amparada por tradições históricas. Essa situação gera sofrimento a quem não corresponde a heteronormatividade imposta pela sociedade. Esse fato pode acarretar situações nas quais muitos LGBT’s se recolhem ao anonimato, disfarçando a homossexualidade ao internalizarem o preconceito (Guimarães & Rosa, 2012).

O preconceito e a discriminação muitas vezes resultam em episódios de agressão, sendo importante salientar que a violência contra a população LGBT pode ocorrer nos mais diferentes contextos e em diversas experiências vividas por esses indivíduos, de modo que os impactos dessas experiências variam na vida de cada uma dessas pessoas (Moscheta, 2011). De acordo com o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, de 2011 para 2012, houve um aumento de 46,6% dos casos de violação de direitos humanos relacionados à homofobia (Brasil, 2013).

A discriminação de pessoas LGBT acontece também em nível institucional, na medida em que esta população encontra dificuldades e limites específicos para acessar políticas públicas e serviços. No âmbito da assistência à saúde, Ana María Rodriguez (2014) destaca que a falta de acolhimento e despreparo dos profissionais para lidar com os usuários LGBT's, a perpetuação de constrangimentos físicos e morais, o desrespeito

quanto à necessidade do uso do nome social e o uso de pronomes de tratamento inadequados, que interferem diretamente no estabelecimento de uma relação de empatia e estreitamento do vínculo existente entre profissional e usuários, são os principais motivos apresentados pela população LGBT como justificativas para o não uso dos serviços públicos de saúde. Frente a esse cenário, considera-se fundamental a preparação, capacitação e educação dos trabalhadores em saúde, buscando acabar com atitudes preconceituosas e homofóbicas durante os atendimentos, favorecendo uma melhoria no diálogo com os pacientes e o estabelecimento de relações baseadas no respeito mútuo (Araujo, Galvão, Saraiva & Albuquerque, 2006).

No âmbito das práticas religiosas, é comum observar em nossa sociedade a relação conflituosa existente entre religião e os direitos de pessoas LGBT. Cristiane Silva, Vera Paiva e Richard Parker (2013) destacam que alguns jovens pertencentes a comunidades religiosas compreendem a homossexualidade como prática pecaminosa, não natural, e contraditória aos princípios pregados por sua religião. Os autores afirmam que no caso de religiões cristãs pentecostais, há o discurso de que os homossexuais devem ser acolhidos e não condenados desde que, após a inserção nesse espaço religioso, eles venham a mudar sua orientação sexual, tornando-se heterossexuais. Em vista disso, os indivíduos que não estão dispostos a fazerem esse tipo de renúncia não conseguem ficar na igreja por muito tempo. Do mesmo modo, os adventistas definem a homossexualidade como algo patológico, justificando que o papel da religião seria curar esses indivíduos doentes, combatendo e eliminando a homossexualidade. Estes são exemplos de como o discurso religioso de matriz cristã, hegemônico no Brasil, contribui com a construção de descrições negativas acerca da sexualidade LGBT que frequentemente são acionadas na produção de ações discriminatórias e opressoras.

No campo da educação, a literatura científica brasileira tem destacado as dificuldades das instituições de ensino em oferecer uma educação não-discriminatória. Segundo Guacira Louro (1997), as escolas cooperam na construção de um binarismo de gênero rígido e policiam as expressões de sexualidade de modo a excluir e punir aqueles e aquelas que não se ajustam aos padrões heteronormativos. Em decorrência disso, para essa autora, um jovem que se reconhece como homossexual precisará se desvincular dos significados e sentidos que aprendeu na escola, para que assim possa viver sua sexualidade livre de estigmatizações e preconceitos.

Considerando-se a necessidade de modificar esses contextos de violência e exclusão e apostando no diálogo como forma de favorecer transformações em direção a uma melhor assistência em educação, saúde e religião a pessoas LGBT, utilizamos, neste estudo, o Projeto de Conversações Públicas (PCP) como instrumento de aproximação dos diferentes atores envolvidos nesses cenários. Entendemos o PCP como possibi-

lidade de colocar em diálogo profissionais de saúde e educação, lideranças religiosas e pessoas LGBT para a exploração de suas diferenças, mas com o interesse em comum de qualificação de suas práticas profissionais e relações cotidianas a favor de uma melhor assistência a pessoas LGBT.

O Projeto de Conversações Públicas, fundado em 1989 nos Estados Unidos, consiste em uma metodologia de facilitação, planejamento e condução de diálogos, cuja filosofia em muito se articula com os pressupostos construcionistas sociais. Diálogo, na perspectiva construcionista social, não é compreendido como algo que ocorre naturalmente, mas sim como um processo conversacional, que qualifica a interação entre os indivíduos, possibilitando a construção de novos sentidos decorrentes de uma postura ativa entre os participantes desse processo. Ou seja, a comunicação dialógica consiste em um processo no qual há a possibilidade de reflexão acerca das posições e concepções apresentadas por cada indivíduo em decorrência ao contexto social no qual ele está inserido (Moscheta, Souza & Santos, 2016).

Em linhas gerais, a metodologia do PCP pode ser descrita em três diferentes momentos de um encontro em grupo, no qual: a) primeiro, as pessoas são convidadas a falarem sobre o tema da conversa a partir das histórias pessoais e profissionais que o(s)/a(s) levaram a pensar da forma como pensa atualmente sobre a questão (o propósito dessa pergunta é mostrar a coerência do posicionamento da pessoa a partir das trocas relacionais realizadas durante sua trajetória de vida, o que gera empatia entre os participantes do encontro); b) em seguida, as pessoas são convidadas a problematizar os próprios posicionamentos a partir de suas possíveis contradições (o intuito desse momento é a exploração das zonas cinzas referentes aos posicionamentos muito polarizados no grupo, abarcando a complexidade das opiniões das pessoas); e c) por fim, as pessoas fazem perguntas de curiosidade umas para as outras em um contexto de segurança e respeito mútuo (esse momento dá oportunidade para as pessoas se conhecerem a partir de aspectos pouco explorados em outros contextos conversacionais).

Portanto, apostando no PCP como uma estratégia da promoção do diálogo com possibilidade de efeitos transformadores, o objetivo desta pesquisa foi analisar o efeito da participação de profissionais em grupos de PCP que tratavam da temática da qualificação das práticas em saúde, educação e religião na direção do respeito às diferenças e da não discriminação a pessoas LGBT.

## Método

### Contexto e Participantes

Foram realizados na cidade de Maringá três encontros de PCP no ano de 2014. Um destes encontros tratava o tema de práticas religiosas a pessoas LGBT, o outro o tema de práticas em saúde a pessoas LGBT e o outro com o tema de práticas educacionais a pessoas LGBT. Todos os encontros foram realizados na Universidade Estadual de Maringá, em salas que garantissem o acesso e conforto dos participantes e o sigilo das informações. Foram convidadas para participar destes encontros pessoas LGBT, profissionais de saúde, líderes religiosos e educadores. O nome dos participantes convidados foi indicado por pessoas da rede dos pesquisadores que conheciam pessoas que, segundo seu entendimento, poderiam se beneficiar destas conversas. Uma vez que os pesquisadores obtiveram uma lista de nomes, realizaram contato telefônico e apresentaram a proposta do grupo. Aqueles participantes que demonstraram interesse foram entrevistados pessoalmente conforme descrito abaixo. A tabela 1 apresenta os participantes que aceitaram participar de cada encontro, e ao longo do texto utilizaremos as categorias descritivas utilizadas pelos próprios participantes quando fizermos referência a eles. Os nomes foram alterados para preservar o sigilo quanto a identidade dos participantes.

<b>Grupo sobre práticas em saúde</b>	
<b>Participantes</b>	<b>Como se apresentou ao grupo</b>
Carolina	Travesti
Juliana	Psicóloga e heterossexual
Karina	Transexual
Marília	Farmacêutica e heterossexual
Júlio	Médico e heterossexual
Bruno	Estudante universitário homossexual
Karla	Travesti
<b>Grupo sobre práticas em educação</b>	
<b>Participantes</b>	<b>Como se apresentou ao grupo</b>
Alan	Estudante universitário homossexual
Carmem	Educadora heterossexual
Jussara	Estudante universitária homossexual
Rafael	Professor universitário homossexual
Paula	Estudante universitária homossexual
Alan	Estudante universitário homossexual
<b>Grupo sobre práticas religiosas</b>	
<b>Participantes</b>	<b>Como se apresentou ao grupo</b>
Denise	Estudante universitária heterossexual
João	Pastor evangélico heterossexual
Letícia	Estudante Universitária homossexual
Mariana	Estudante universitária bissexual
Sueli	Estudante universitária, protestante e heterossexual
Ícaro	Homossexual e frequentador de uma igreja evangélica inclusiva

**Tabela 1.** Nome dos participantes de cada grupo e o modo como se apresentaram durante o encontro.

## Estratégias de produção de dados

Foram realizadas conversas preparatórias com cada participante, para que os facilitadores do grupo pudessem ouvir suas expectativas, apresentar os acordos da conversa e explorar, a partir das percepções de cada um, quais ações poderiam melhorar o atendimento da população LGBT. Os acordos prévios da conversa foram: não interromper a fala do outro, não persuadir ninguém a mudar de opinião, não julgar a opinião alheia, não falar como representante de nenhum grupo ou instituição, mas a partir de suas experiências pessoais. Os encontros foram facilitados por um psicólogo e uma psicóloga, ambos pesquisadores e também autores deste texto, e contou com a participação de observadores-pesquisadores, uma delas a primeira autora deste artigo.

No dia do encontro grupal, os participantes foram acolhidos ao chegarem ao local do encontro e então foram explicitadas as regras que baseiam aquele grupo de conversação, o propósito do encontro, os horários a serem seguidos, além de serem lembrados o que estava sendo compreendido como diálogo. Seguindo a proposta do PCP (Public Conversations Project, 2011), o grupo se iniciou com apresentação das experiências pessoais dos participantes relacionadas ao tema. Em seguida, houve um momento para reflexões, discussão facilitada e interativa, até que o grupo de conversação se encerrasse. Finalmente, os participantes responderam a um questionário de *feedback* que registrou suas impressões em relação ao encontro.

Após um mês da realização de cada encontro, os pesquisadores entraram novamente em contato com os participantes para entrevista de *feedback* sobre sua participação no grupo. Essas entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado que abordava os seguintes aspectos: os momentos marcantes da sua participação no grupo de PCP e efeitos dessa participação em seu cotidiano. De acordo com a disponibilidade dos participantes as entrevistas foram agendadas e áudio gravadas.

Para a análise que empreendemos aqui, foram utilizadas as transcrições dos questionários de *feedback* realizados imediatamente após o grupo e as transcrições das entrevistas realizadas um mês após o encontro. As transcrições dos encontros foram utilizadas apenas como material de apoio e referência para melhor compreensão daquilo a que se referiam os participantes nas entrevistas e para a contextualização de suas falas. A transcrição dos grupos de PCP e das entrevistas constitui o *corpus* de análise deste estudo.

## Procedimentos de análise do corpus

Sucessivas leituras das transcrições foram realizadas para a familiarização com o conteúdo. A transcrição das entrevistas foi analisada a partir dos dois eixos principais do roteiro de entrevista, ou seja, dos momentos marcantes do grupo mencionados por cada participante e da avaliação dos efeitos de sua participação no PCP. Momentos marcantes e efeitos da participação no PCP foram discutidos considerando-se suas implicações para se pensar o modo como a participação no PCP pode contribuir para a construção de medidas transformadoras com relação à assistência à população LGBT. Nesta direção, focamos nossa análise no conteúdo das falas dos participantes convidados como profissionais, considerando que o nosso recorte é refletir sobre o efeito do grupo como estratégia de qualificação. Contudo, na discussão do grupo sobre educação trazemos também as falas dos participantes LGBT uma vez que são também educadores ou alunos em preparação para o exercício desta função. Para essa discussão, a literatura da área de facilitação de diálogos e construcionismo social foi utilizada (Gergen & Gergen, 2010).

## Resultados

---

### Grupo de Conversação sobre Saúde

Nesse grupo foram abordados os seguintes temas: a internação de pacientes travestis e transexuais em quartos femininos nos hospitais; as preocupações e dúvidas relacionadas ao atendimento da população LGBT no sistema de saúde; dúvidas quanto ao emprego do nome social para se referir às travestis e transexuais; preconceito e violência; visibilidade à população LGBT; importância da escuta, acolhimento e cuidado com o outro; diálogo, reflexão e respeito.

O médico Júlio, afirmou que a conversa sobre a internação de travestis e transexuais foi para ele o momento mais marcante do grupo. Ele contou que foi importante ouvir das próprias travestis e transexuais quais eram suas necessidades em relação à internação e ao modo como elas gostariam de ser tratadas:

O mais marcante foi o entendimento, pelo menos pra mim, de ouvir assim das próprias pessoas, principalmente nos travestis, que se vestem de mulher, que eles preferem ficar no quarto, se internados, ficar no quarto com mulher, e principalmente, que não querem que a gente peça permissão pra quem está no quarto se eles podem ficar ou não, que eles querem é ficar independente do que os outros pensem. Então isso me marcou bastante assim, foi uma mu-

dança de paradigma, eu não tinha essa ideia que era assim que eles pensavam. (Júlio, entrevista pessoal, 11 de outubro de 2014)

Júlio mencionou como efeito de sua participação poder ter esclarecido suas dúvidas com relação ao uso do nome social.

Ah, tem várias coisas que mudaram, por exemplo, a questão de como chamar, porque daí peguei uma confiança maior. Eu já tinha uma ideia de que se eles adotavam o nome feminino gostariam de ser chamados por esse nome feminino. Mas isso ficou bastante reforçado. [...] Daí to procurando no dia a dia tentar entender como que a pessoa quer estar ali, se ela quer ser chamada pelo nome feminino, eu vou chamar ela pelo feminino, se quer ser tratado. (Júlio, entrevista pessoal, 11 de outubro de 2014)

Júlio afirmou que a partir de sua participação no grupo, compreendeu e passou a respeitar mais as pacientes travestis, tratando-as por meio do uso de seu nome social. Contudo, chama a atenção que em seu relato ele continue se referindo às travestis por meio de pronomes masculinos (eles, deles) embora isso tenha sido abordado também no grupo. Ele reconheceu a existência de seu próprio preconceito, pontuando que houve uma mudança sua em relação a isso, mas não ofereceu mais detalhes sobre essa mudança.

A psicóloga Juliana apontou a discussão sobre a internação como um momento marcante da conversa, entendendo que esse tema foi tratado como um dilema entre os profissionais. O dilema, para ela, envolvia pensar em como ficariam as mulheres cisgênero ao terem que dividir o quarto com mulheres transexuais. Na conversa, ela pôde refletir sobre a importância de respeitar e ouvir todas as pessoas que frequentam os serviços de saúde:

Acho que o que ficou mais assim, como eu sou da área da saúde, é essa questão que eu senti assim uma certa dificuldade com relação a como que nós vamos fazer na hora da internação, que foi acho que o dilema maior assim ali naquele momento. Então, a pessoa vai ser, por exemplo, a pessoa que é transexual ou a travesti, ela vai ficar no quarto com as mulheres, como vai ser a reação das mulheres né? Então isso foi uma coisa que ficou assim pra se pensar né? Que é uma coisa nova, e eu senti até da parte do doutor Júlio mesmo, uma certa preocupação, porque ele vivencia isso diariamente. Eu acho, por exemplo, se eu estivesse num quarto de hospital eu não me sentiria mal com a presença de uma travesti ou de uma transexual, mas eu acho que tem pessoas que se sentem, e aí ele enquanto médico tem que ter aquele cuidado, de como que ele vai lidar com esses dois lados né? (Juliana, entrevista pessoal, 23 de outubro de 2014)

Juliana afirmou que imaginava que Júlio, como médico estaria bem resolvido em relação a essas questões referentes ao atendimento a pessoas LGBT, mas o diálogo permitiu que ela percebesse como os profissionais também têm dificuldades em lidar com esses assuntos. Ainda que tivesse ficado preocupada com a falta de preparação dos profissionais no grupo, destacou que um efeito importante do grupo foi o quanto as travestis Karla e Carolina puderam ser valorizadas, compartilhando suas vivências e contribuindo para a melhoria da saúde da população LGBT de algum modo.

Marília, que é farmacêutica, durante o encontro de PCP, mencionou sobre a possibilidade de criação de um grupo de tabagismo “especial” para a população LGBT, evitando que essas pessoas viessem a frequentar o mesmo grupo de pessoas consideradas “normais”. Também citou o sofrimento de um senhor que ficou em choque devido à presença de travestis no grupo. Em resposta a essa fala, uma das travestis no grupo pôde apontar para Marília como ela entendia que ela não estava mostrando preocupação com a reação da própria população LGBT nesse ambiente, sugerindo que ela pudesse colaborar para aceitação dessas pessoas nesse ambiente. Ainda durante o encontro de PCP, Marília mencionou que considerava que apesar da população LGBT sofrer preconceito, eles também discriminam as pessoas tidas como “normais”.

Durante a entrevista, Marília abordou os efeitos de sua participação no PCP:

O grupo me fez parar pra pensar um pouco mais a respeito, me fez reconhecer a minha incompetência, a minha dificuldade pra lidar com isso, me fez ratificar uma coisa que eu já tinha, porque querendo ou não nós somos preconceituosos em todos os aspectos. Então estou aos poucos tentando me adaptar, sobreviver nesse mundo, e aí encontro esse tipo de personalidade, esse tipo de problemas que antes era coisa rara, ou pelo menos era muito velado, e hoje não, eles [pessoas LGBT] estão ai brigando pelos direitos deles, muitas vezes com razão, muitas vezes sem, e a gente no meio de todas essas dificuldades ainda está tentando encontrar um jeito de compreender as pessoas, respeitá-las como elas são, e também conquistar o espaço da gente, porque eles são discriminados, mas eles também discriminam. (Marília, entrevista pessoal, 18 de outubro de 2014)

## Grupo de Conversação sobre Educação

Os temas abordados nesse encontro foram: o sofrimento e a mágoa causada pelo preconceito sofrido por pessoas LGBT; a importância do compartilhamento de experiências; o papel do educador; possibilidade de escuta e diálogo com o outro; preconceito e homofobia; diferentes efeitos que resultaram em uma mudança de perspectiva.

Em relação à temática do sofrimento, Jussara, que é lésbica, estudante, e futuramente será professora, mencionou que se sentiu tocada com a história compartilhada por Rafael, homossexual e atualmente professor universitário. Ela afirma que foi tocada pelo relato de Rafael sobre o *bullying* que sofreu durante toda sua vida e que em decorrência desse sofrimento fez com que ele negasse sua orientação sexual por um longo tempo, resultando em um sofrimento extremo por muitos anos:

Quando um dos participantes que é professor disse que por conta do bullying que sofreu durante a vida, vindo de homofóbicos, e de si mesmo, optou por ter um casamento hétero por tanto tempo, tentando negar sua própria orientação sexual por tanto tempo. Isso foi marcante, pois fiquei refletindo o quanto ele deve ter sofrido por travar tal luta contra si mesmo, e por tanto tempo, e hoje como professor, ele tem a missão de tentar acabar com a discriminação entre os alunos. (Jussara, entrevista pessoal, 15 de outubro de 2014)

Jussara afirmou que a presença da educadora Carmem no grupo, que é heterossexual e diretora de uma escola de ensino básico e fundamental, proporcionou uma visão diferente da que tinha com relação aos educadores e a temática da diversidade sexual. Carmem argumentou que em muitas situações relacionadas à sexualidade de seus alunos o que lhe faltava era um amparo da lei para auxiliá-la a lidar com essas questões. Como essa temática ainda enfrenta muita dificuldade para ser esclarecida e trabalhada nas escolas, tanto com alunos como com familiares, muitas vezes ela e outros educadores encontram-se perdidos, seja por medo de não ser compreendido ao se comunicar com a família, ou pela falta de experiência ao lidar com esses assuntos. Frente a essas falas, Jussara afirmou ter percebido que a dificuldade de educadores lidarem com o tema era maior do que ela imaginava e estava relacionado com um aspecto que ela não havia considerado, que era o amparo legal, ou seja, a ausência de leis e normativas claras no âmbito da educação que dessem suporte a uma postura inclusiva do educador com relação às questões de gênero e sexualidade:

Achei interessante o ponto de vista da educadora que estava conosco, quando ela apontou que falta um amparo da lei para que os professores possam intervir. E isso foi algo que eu não tinha pensado sobre, sabe? Ou parado para refletir esse lado. (Jussara, entrevista pessoal, 15 de outubro de 2014)

Rafael, cuja história de *bullying* sofrido na infância na escola tocou Jussara, mencionou que ouvir Carmem no grupo foi também para ele uma experiência nova, pois essa não é uma voz que ele está habituado a escutar:

A minha recordação mais forte foi a Carmem. Assim, é uma voz que eu não estou habituado porque é uma pessoa que é heterossexual, normativa, do setor da educação, e que não é um setor que eu transito, então eu lembro muito

dela, eu lembro muito das histórias que eram muito semelhantes as minhas, contadas de formas diferentes. Então me senti meio assim, encontrando os mesmos personagens que eu habito e alguns novos personagens que eu não conhecia. (Rafael, entrevista pessoal, 17 de outubro de 2014)

Ele mencionou como momento marcante no grupo o momento no qual um dos facilitadores entrevistou e pediu aos participantes que eles se colocassem no papel um do outro (educadores e alunos/as LGBT), ao se posicionar dessa forma, Rafael, que atualmente também é educador, afirmou ter percebido que os educadores tinham limites com relação as possibilidades de ampará-lo em momentos difíceis de sua vida. Essa percepção, segundo ele, permitiu que ele viesse a se tornar mais tolerante em relação aos professores que têm dificuldade de lidar com a temática:

O momento mais marcante pra mim foi quando o Colaborador 2 virou pra nós e falou assim: 'E se você se colocar no papel do outro?'. E assim, não é um outro no sentido do inimigo, que eu acho que era o que eu esperava de um PCP assim, inimigo, adversário. Mas o outro no sentido de aquele que eu tinha determinadas expectativas que ele não cumpriu num passado comigo e com os outros, mais quando eu me coloco nesse papel desse outro, e ai também tinha a Carmem junto né, que ai é um outro outro né, isso realmente foi muito... tão marcante [...]. Então assim, por isso esse foi um momento que me marcou não só enquanto docente na educação, fazendo e falando sobre diversidade sexual, mas assim isso também potencializou uma discussão interna minha que assim, não tem como eu pensar na minha prática profissional, seja em que temática for, principalmente nessa questão de diversidade sexual, sem passar antes por mim, não da pra teorizar. (Rafael, entrevista pessoal, 17 de outubro de 2014)

Alan, que é homossexual, estudante e está iniciando sua carreira de educador, afirmou que sua experiência no grupo o ajudou a romper alguns de seus tabus, pois percebeu que educadores muitas vezes não acolhem seus alunos não por questões pessoais ou preconceituosas, mas sim porque há outras esferas envolvidas, que vão além da vontade de acolher um aluno que precisa de amparo. Em vista disso, ele afirmou que mudou bastante seu pensamento enquanto futuro professor, nas formas como ele poderá abordar essas temáticas no interior de uma sala de aula. Esse participante disse que se não estivesse participado do grupo de PCP jamais teria essa visão diferente do educador, e que esperava que, como aconteceu com ele, o contato da educadora Carmem com as narrativas dos participantes tenha propiciado nela o conhecimento de fatos e situações das quais ela nunca teve conhecimento:

Uma coisa que marcou bastante foi o posicionamento da educadora que eu não lembro o nome dela, de como ela lidava com essas situações, com essas

abordagens, de como ela procurava abordar, do como é difícil a escola poder trabalhar essa questão, o quanto ela é amarrada quanto aos pais quanto a legislação. Na verdade me marcou porque quebrou um pouco desse tabu de poxa a gente sofre um tipo de... algo que nos incomoda, como alguma piada ou algo assim e a gente não sente todo esse acolhimento da educadora, da coordenadora, da pedagoga, seja quem tenha que tratar desses assuntos. Isso me marcou porque quebrou esse tabu porque não é uma questão delas, tipo 'ai eu não quero, vou fingir que não vejo' é porque eu pude perceber que ela tem essa amarração né, que é complicado e não é tão simples como a gente pensa ser. (Alan, entrevista pessoal, 21 de outubro de 2014)

Carmem, enquanto educadora, afirmou que saber como esses futuros profissionais irão lidar com questões que envolvam a sexualidade em sua prática docente a deixou mais tranquila, já que esse diálogo estabelecido entre eles no grupo possibilitou, segundo sua avaliação, que eles pudessem refletir sobre sua inserção nesse contexto com mais propriedade:

Acho que isso foi um ponto, de saber como que eles vão lidar, um professor que está começando na carreira agora, então acho que isso foi um destaque pra mim, de ver que talvez essas pessoas vão para escola mais fortalecidos, mais seguros né? Claro, sabendo que vão enfrentar uma série de dificuldades, mais acho que é isso. (Carmem, entrevista pessoal, 27 de outubro de 2014)

Ela também destacou que o encontro a fez refletir sobre os preconceitos existentes em sua vida pessoal e familiar. Por fim, Carmem apontou que após o PCP, pôde recorrer a reflexões decorrentes de sua participação no encontro para lidar com situações em sua escola de forma mais apropriada:

E que eu acho que contribuiu pra mim sim enquanto pessoa, como escola, de em algumas situações após o encontro, de lidar aqui, sabe? De você lembrar assim, reportar um pouco o que foi visto no grupo. É, na verdade, eu vejo assim, não é uma coisa objetiva, é uma forma de ver diferente, de contribuir pra que você enxergue diferente os problemas que possam aparecer. (Carmem, entrevista pessoal, 27 de outubro de 2014)

## Grupo de Conversação sobre Religião

Nesse encontro de PCP, os seguintes temas foram abordados: a necessidade de respeito entre os participantes do grupo; ajuda religiosa oferecida a população LGBT; a violência, sofrimento e dificuldades no contato dos LGBT's com religiosos; e estereótipos sobre LGBT's.

Sueli, heterossexual e adepta à religião protestante, afirmou em sua entrevista se lembrar muito das histórias de violência narradas por Mariana, Letícia e Ícaro no encontro. Essa participante lembrou-se do relato de Letícia, o qual descrevia uma violência vivida dentro do carro de seu pai devido ao fato de ser lésbica. Para Sueli este relato foi marcante:

Ah, foi mais a violência contra uma das meninas [Letícia] né, que o pai bateu nela dentro do carro. Isso me deixou bem chocada. Não chocada que às vezes quem ouve eu falando pensa assim: ‘ai, nunca viu violência nenhuma né’. Não é isso, é porque eu penso assim por mais que há discordâncias nas escolhas das pessoas é difícil chegar numa violência né, marcas que ficarão pra sempre né, desnecessárias. (Sueli, entrevista pessoal, 14 de outubro de 2014)

Sueli mencionou que o grupo foi uma oportunidade para os participantes falarem sobre a violência vivenciada pela população LGBT cotidianamente. De acordo com essa participante, o aspecto marcante do grupo é que ele afeta os indivíduos que participam da conversa e os leva a refletir sobre aquilo que conversam:

Ah, imune ninguém sai né. Afeta sim, lógico, com certeza, não tem como, porque tudo que é conversado é refletido, então eu acredito, penso sim, pensei muito né, e eu acho que valeu a pena. (Sueli, entrevista pessoal, 14 de outubro de 2014)

Sueli apontou que gostou muito de poder ouvir o que Mariana tinha para falar, pois o grupo colocou-se enquanto espaço no qual ela poderia se expressar sem maiores problemas, sem ser julgada. A participante Mariana havia destacado as dificuldades existentes em contar aos seus pais que era bissexual, já que sua família era extremamente religiosa e jamais aceitaria a jovem.

Ela [Mariana] teve oportunidade de falar o que sente, se expressar. Então eu gostei muito dela poder falar, porque tipo assim o que deu a sensação ali é que ela não podia falar, é uma pessoa presa que não pode falar, e se falar vai dar problema né. Então ali foi uma oportunidade dela expressar o que ela sente de fato ainda que não tenha ali dentro, já que é um contra, um é a favor, ela se sentiu protegida pra poder falar, vocês deram oportunidade, acho legal isso. Talvez pelo desenvolvimento dela até. (Sueli, entrevista pessoal, 14 de outubro de 2014)

Denise, católica e heterossexual, afirmou que o grupo contribuiu para que ela transformasse seu jeito de ver as pessoas LGBT e a vida, devido à possibilidade de poder conversar com os outros participantes que possuem vivências tão distintas às suas. Desse modo, fez com que ela ampliasse sua visão e a forma de tratar e lidar com pessoas que possuem opiniões divergentes da sua, destacando em sua fala a importância do

respeito ao dialogar com os participantes. Para Denise todos deveriam participar de um grupo como esse pelo menos uma vez na vida, para que assim viessem a tratar a população LGBT com mais respeito:

Na verdade tudo assim do grupo, tudo que a gente pode conversar e viver pra mim foi algo que me despertou muito interesse assim, e com certeza mudou muita coisa sabe? Meu jeito de ver as pessoas, a vida, não sei... fez com que a minha visão ampliasse assim, o modo como tratar as pessoas independente se ela pensa diferente, se ela agir diferente, e você sempre ter aquele respeito né. Eu sempre trouxe isso na minha vida, mas acho que no grupo isso ficou ainda mais evidenciado. [...]essa experiência é algo fantástico e construtivo como já diz, que me fez amadurecer muito, as ideias, os pensamentos e eu acho que todo mundo deveria participar pelo menos uma vez na vida, que sem dúvida as pessoas seriam ainda melhores no tratamento e no respeito para com os outros. (Denise, entrevista pessoal, 16 de outubro de 2014)

João mencionou em sua entrevista que o fato que mais o havia afetado no encontro foram as histórias narradas por Mariana e Letícia, pois ambas, ao seu ver, fugiram ao estereótipo que a maioria das pessoas tem sobre a população LGBT.

As experiências narrativas das pessoas fazem com que a gente pense sobre aquilo que está sendo dito. Por exemplo, a mim a coisa que mais afetou assim foi as meninas né, porque elas fogem ao estereótipo normal, veja, até normal é uma palavra estranha, mas o estereótipo que a gente tem das pessoas né? E essas duas meninas falaram “não, mais eu sou lésbica” e das dificuldades que elas enfrentaram, uma com o pai que a agrediu, a outra com sua impossibilidade de conversar com a mãe, falar com a mãe, isso é uma questão que é importante pra vida delas né? Então isso me deixou assim, eu já penso bastante sobre essa história, mas quando a gente houve um relato assim é sempre emocionante, sempre é uma coisa que nos faz ver a própria vida né, então pra mim isso é importante né. Aquilo que elas disseram, todos os relatos de quem estava envolvido, participando, que estava contando de sua vida, pra mim é importante e leva a reflexão, acho que pra qualquer pessoa que estiver ali, que não tiver uma predisposição violenta com esse tema que for ouvir vai ter um fundamento pessoal melhor, assim penso eu. (João, entrevista pessoal, 20 de outubro de 2014)

João apontou que o grupo tem a capacidade de propiciar o contato com realidades diferentes das quais a maioria das pessoas estão habituadas, gerando assim uma importante reflexão:

Mais o que é interessante é que cada nova história ela é um remexer novo sabe? Não é assim: ‘ah, eu ouvi a história dos gays e toda a história é a mes-

ma', cada maneira que ela fala, cada história, cada tom de voz na narrativa são diferentes, cada um é diferente um do outro né e a gente pensa que aprendeu tudo e não aprendeu. Mesmo quando vou na igreja eu encontro uma pessoa nova que eu ouço e depois a gente pensa que os problemas são resolvidos, mas não são, eles continuam profundos né, quanto mal uma pessoa pode fazer pra outra. Isso assim, até dos relatos que teve lá até me admirei da capacidade que elas têm de falar disso, o que elas sentem e tal. As pessoas que lá estiveram conseguiram falar e pra mim é surpreendente que alguém consiga se abrir da forma como foi feito ali. (João, entrevista pessoal, 20 de outubro de 2014)

Por fim, João afirmou que o grupo o fez refletir mais sobre a sexualidade dos indivíduos, e como isso interfere nas relações estabelecidas entre as pessoas. Ele contou que chega a se emocionar com essas reflexões. Ele explicitou que achou surpreendente como algumas pessoas conseguiram falar e se expressar tão profundamente e sobre aspectos tão íntimos em um grupo no qual não conheciam ninguém:

Eu to tentando analisar uma situação da qual eu não faço parte. Então eu acho que uma pessoa que vive, no caso de uma menina que sente atração por outra menina e de um rapaz que sente atração por outro rapaz é muito difícil falar disso se o ambiente não for propício pra falar eles não vão falar, eles vão se esconder, o que é o caso daquela menina que não consegue falar pra mãe dela, então acho que o ambiente do grupo é fundamental, que tenham pessoas que eles saibam que se vão encontrá-las depois na rua não vão apontar o dedo e dizer 'olha, essa menina é assim, ou esse rapaz é assim'. Acho que o que é fundamental é que tem que haver respeito, e eu acho que se não fosse esse grupo não teria saído nada. É difícil pras pessoas falarem né, então tem que haver um grupo sim, acho que é importante. (João, entrevista pessoal, 20 de outubro de 2014)

## Discussão

---

Quando consideramos aquilo que os profissionais que participaram do grupo sobre saúde destacaram de sua experiência grupal, identificamos o que a literatura brasileira sobre assistência a saúde da população LGBT tem destacado nos últimos anos: a necessidade de que os serviços sejam sensíveis as demandas desta população, o despreparo dos profissionais, e a organização da assistência a partir de um vértice heteronormativo. (Rodriguez, 2014; Moscheta, 2011).

Segundo os participantes, as dúvidas e dificuldades em lidar com usuários LGBT, muitas vezes, acabam atrapalhando a formação de um vínculo e de um atendimento

qualificado e humanizado. Dentre essas dificuldades, os três profissionais apontaram suas próprias dúvidas quanto ao uso do nome social e do emprego de artigos e pronomes de tratamento para se referir a travestis e transexuais, por exemplo. Aqui, destacamos que a Carta de Direitos dos Usuários do SUS instituída em 2006 e revista pela Portaria 1.820 em 2009 já determina o uso do nome social, contudo os profissionais de saúde continuam afirmando que ainda têm dúvidas quanto ao seu uso. Sendo a Carta um documento tão importante e amplamente disseminado, e a questão relacionada ao uso do nome social bastante simples, consideramos que a alegada dúvida do profissional de saúde expressa uma resistência ou recusa e não um desconhecimento (Ministério da Saúde, 2006).

Entendemos que a possibilidade criada no grupo, do profissional de saúde ouvir dos próprios usuários a importância de serem tratados pelo nome social, bem como os relatos de situações de constrangimento e violência vividas por estes usuários permitiu que a informação (acerca da obrigatoriedade do uso do nome social) pudesse ser assimilada de modo distinto pelos profissionais. Nesta direção, o médico Júlio afirmou ter aprendido uma nova forma de compreender a população LGBT, que tem auxiliado suas práticas profissionais, de modo que após a participação no grupo, ele passou a perguntar para seus pacientes como eles gostariam de ser chamados, se gostariam ou não de falar sobre sua sexualidade. Ou seja, para além de informação, o encontro favoreceu a compreensão dos efeitos (e afetos) do uso e do não uso de uma dada informação. Se a resistência produzia dúvida sobre o uso do nome social, foi a percepção empática da importância de seu uso e de seus efeitos que permitiu que ele fosse finalmente operacionalizado nos atendimentos, tal como Júlio relata que passou a fazer. Isto parece relevante enquanto resultado do grupo na medida em que aponta para o potencial das conversas entre profissionais e usuários como dispositivo de qualificação profissional, já discutimos de modo mais específico em outro trabalho (Moscheta et al., 2016).

São estas conversas que podem abrir espaços para a reflexão sobre aquilo que muitas vezes já está prescrito, orientado e regulamentado em forma legal, mas que ainda não se traduz em prática devido as dificuldades do profissional em compreender seu sentido e importância na vida do usuário. Esta dificuldade parece estar ligada ao preconceito que Julio reconhece em si mesmo a partir da experiência no grupo. Certamente, isto não significa fazer um argumento na direção de legitimar apenas as práticas nas quais o profissional 'vê sentido'. Enquanto parte de um sistema, o profissional de saúde tem seu compromisso último estabelecido com aquilo que o sistema entende como relevante, e não apenas com aquilo que ele mesmo 'decide' como importante. Neste sentido, as dúvidas dos profissionais que participaram do grupo devem ser entendidas como relacionadas a práticas equivocadas e inadequadas dentro de um siste-

ma que orienta ações diferentes. Esses parâmetros oferecidos pelo sistema são fundamentais, como veremos adiante na discussão do grupo sobre educação. Contudo, a experiência deste grupo oferece a possibilidade de conversas estruturadas entre profissionais e usuários como dispositivo de formação profissional.

Outro aspecto deste grupo que deve ser discutido diz respeito aos dilemas do profissional de saúde. A decisão sobre onde internar uma mulher transexual é apresentada como um dilema para os profissionais de saúde uma vez que temem em causar mal-estar nas outras mulheres internadas. O mesmo mal-estar aparece como fundamento para a sugestão de Marília de criar um grupo de tabagismo exclusivo para pessoas LGBT uma vez que alguns usuários podem se sentir incomodados na presença deles. Vê-se que a racionalidade que fundamenta tanto a construção do dilema quanto a sugestão de grupos específicos apresenta-se formulada em um discurso de igualdade simples e problemática (todos merecem ser respeitados e acolhidos). Simples porque ignora que as pessoas que pleiteiam o respeito e o acolhimento não são iguais, ocupam lugares sociais distintos, desiguais e que produzem necessidades diferentes. Ao equalizá-los de modo simples, esta racionalidade coloca o mesmo peso na necessidade de uma pessoa LGBT buscar ajuda para lidar com o tabagismo e o incômodo que um participante sente na presença destas pessoas.

Esta racionalidade é também problemática porque camufla o viés político da decisão do serviço. O discurso da igualdade serve para mascarar uma opção que posiciona o profissional e o serviço em um contexto ético e político. Se assumisse seu vértice político, a profissional poderia compreender que a presença de pessoas LGBT em um grupo cria a oportunidade deste grupo problematizar a discriminação e o preconceito. Ao sugerir a criação de um grupo específico, a profissional não apenas decide não tratar a discriminação como um problema como disfarça seu posicionamento ético-político acionando um conceito de igualdade que reitera a heteronormatividade do serviço. Neste aspecto a participação no grupo, a partir do que Marília contou em sua entrevista, não parece ter produzido efeito e isto pode estar relacionado com a estrutura da condução da conversa, sinalizando um limite deste tipo de proposta.

Observando os principais aspectos mencionados pelos participantes sobre o grupo de Conversação referente à educação, foi possível compreender que a presença da educadora Carmem suscitou em todos os participantes do grupo uma reflexão e apreensão sobre as dificuldades enfrentadas por educadores brasileiros, e a gritante falta de capacitação que os assola quando o assunto se trata da população LGBT. É importante destacar que as pessoas LGBT que estavam presentes no encontro são também educadores ou estão em formação para isso. Assim, o relato de uma educadora que ilustrava sua dificuldade em abordar temas relacionados a sexualidade e gênero dentro da esco-

la, sua intimidação frente a pressão de alguns pais e seu desconforto em encontrar pouco amparo legal, permitiu que os participantes vislumbrassem algumas das dificuldades que também vivem ou que possivelmente viverão. Esta percepção, que amplia a descrição estereotipada do educador que não se interessa pelas questões de gênero e sexualidade permite a percepção da importância de um investimento na construção de mobilizações políticas que amparem estas discussões no âmbito da educação. Vale destacar que desde 2010 existe um debate intenso no país acerca do uso dos termos gênero e orientação sexual no plano nacional de educação.

No grupo que abordou questões religiosas o relato dos participantes destaca o impacto que algumas histórias narradas por pessoas LGBT produziu. Ouvir a estas histórias permitiu aos participantes compreender melhor como aquilo que as igrejas tratam de modo abstrato está concretamente presente na vida de pessoas LGBT. Os relatos foram marcantes porque apresentavam narrativas de sofrimento e violência, mas também porque eram novidades para aqueles que, dentro dos templos, não acessavam as experiências de vida de pessoas LGBT diretamente. Assim, quando Sueli afirma ter gostado de participar do grupo porque pode ouvir Mariana se expressar sem ser julgada, entendemos que ela também se refere ao fato de ela mesma ter podido ouvir com menos julgamento. Isto parece-nos relacionado a estrutura de conversa oferecida pelo PCP que (a) considera a preparação dos participantes, (b) oferece uma sequência predeterminada de falas orientadas por perguntas e com garantia de tempo para todos e (c) propõe combinados que organizam a interação. Em outro trabalho discutimos especificamente o modo como esta estrutura de conversa bastante artificial opera na tentativa de bloquear modos repetitivos de interação e de favorecer o exercício de novos lugares de escuta e fala no grupo (Moscheta, Souza, Casarini & Scorsolini-Comin, 2016).

Em suas entrevistas, Mariana e Letícia fazem menção ao uso da palavra “ajuda” no discurso de alguns dos participantes, como João, Sueli e Denise. Elas destacam isso como um aspecto incômodo da conversação que demarca o modo como os religiosos tendiam a apresentar uma postura condescendente com relação as pessoas LGBT, presumindo que todos e todas necessitam de ajuda.

Acho que é porque em muitos momentos foi citado como ajudar as pessoas, ajudar a população gay, e tem casos de pessoas que precisam, que sofrem violência, que sofrem abuso, que vivem situações tipo a do Ícaro, que realmente, mais assim, a mim eu vejo que em alguns casos a gente não quer ser ajudado, a gente só quer ser respeitado, porque tratar como uma ajuda, ficar falando assim, mencionando ajuda, as vezes a gente sente meio acuado, sabe? Como se a gente precisasse de uma ajuda. Falando por mim, eu consigo lidar bem com a minha situação assim, queria ter um apoio da igreja, só que não preciso que as pessoas venham me ajudar, porque a minha situação é boa. Eu

tenho a minha sexualidade, mas isso nunca foi um grande problema na minha vida, porque eu consigo lidar bem com isso, [...]mas essa menção da palavra ajuda, constante, ela é bem, assim, bem, acho que ela diminui um pouco as pessoas, como se pelo fato de você ser gay você precisasse ser ajudado. Às vezes não, às vezes é tranquilo. (Mariana, entrevista pessoal, 21 de outubro de 2014)

Olha, teve um momento marcante de uma forma ruim, que me incomodou que foi, eu não lembro qual era o nome pessoa, que ela disse que queria receber na igreja dela e ajudar as pessoas transexuais e ajudar os travestis, e isso me incomodou muito porque me deu a impressão de que ela imaginou que todos os homossexuais precisam de ajuda, como se todos fossem inferiores ou qualquer coisa do tipo assim, fossem enfermos. Isso me deu, sei lá, isso me deu um incômodo, isso me marcou bastante. (Letícia, entrevista pessoal, 17 de outubro de 2014)

De fato, Mariana e Letícia fazem esta observação durante o grupo, especificamente quando interpelam Denise. Entendemos que a participação no grupo permitiu a elas uma reflexão sobre o modo como este discurso religioso de ajuda esteve presente em suas histórias de relação com os serviços religiosos. Isto abre a possibilidade de uma problematização acerca do modo como este discurso favorece a construção de lugares definidos para quem oferece e quem recebe ajuda, sobre o próprio sentido do que é ajudar e sobre como se pode fazer isso. Em vista disso, a participante Mariana realiza a seguinte observação:

Então, eu pensei bastante na Denise, se eu não me engano, que tem no grupo de estudantes daqui da [cita o local onde Denise coordena um grupo religioso] né? E eu fiquei pensando que depois, acho que com certeza depois do grupo ela saiu com bastante ideias de como tá implementando isso no grupo, porque ela queria trazer mais a pessoas, trazer mais gay pro grupo, mais não sabia como, porque as vezes a gente também já tem o preconceito né? Querendo ou não o preconceito tá enraizado independente do jeito que ele seja. Mais eu fiquei pensando nisso, de como será que tá sendo, se ela tá conseguindo introduzir, porque acho que ela ficou pensando, ela pensou nisso, ela procurou meios de mudar o grupo, de conseguir tá atraindo as pessoas, e eu fiquei pensando nisso, eu queria ver, espero que ela tenha conseguido mudar um pouco o grupo, conseguido atrair um pouco mais as pessoas, acho que mais nessa parte. (Mariana, entrevista pessoal, 21 de outubro de 2014)

## Conclusão

---

A partir do que foi discutido, podemos sintetizar os principais efeitos da participação nos grupos e destacar suas diferenças. Os participantes do grupo sobre práticas em saúde referiram-se a aprendizados objetivos que os ajudaram a qualificar as suas práticas, como por exemplo o uso do nome social. Os participantes do grupo sobre práticas educativas destacaram a ampliação da reflexão sobre o papel do educador como aspecto significativo da experiência no grupo. Finalmente, o efeito mais marcante do grupo sobre práticas religiosas foi o contato com histórias impactantes de violência e discriminação de pessoas LGBT e a possibilidade de falar e escutar em um ambiente de menos julgamento. Assim, neste grupo o conhecimento da alteridade foi significativo, enquanto que no grupo sobre práticas educativas este conhecimento foi estendido a uma reflexividade acerca do modo como o educador pode se posicionar em situações nas quais esta alteridade se apresenta. No grupo de práticas em saúde esta extensão alcança sua operatividade em modos de agir no cotidiano dos serviços.

Estas diferenças nos efeitos produzidos por cada grupo devem ser consideradas em relação às diferenças na composição grupal e às especificidades do contexto dentro do qual cada temática abordada se insere. Com relação à composição dos grupos destacamos que o grupo sobre práticas de saúde e o grupo sobre práticas religiosas apresentaram composição polarizada que favoreceu o encontro entre profissionais de saúde e pessoas LGBT e líderes religiosos e pessoas LGBT, respectivamente. O grupo sobre práticas na educação foi composto de modo menos polarizado uma vez que os participantes LGBT também exerciam (ou se preparavam para exercer) o papel de educadores.

Com relação aos contextos que enquadram as temáticas abordadas, destacamos que o campo das práticas em saúde apresenta marcos políticos e técnicos importantes que demarcam com clareza os parâmetros da atuação profissional de saúde, como por exemplo a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População LGBT de 2010 (Ministério da Saúde, 2010) e a Carta de Direitos dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) de 2006 (Ministério da Saúde, 2006), ambos documentos de âmbito nacional. Além disso, o contexto das práticas em saúde é marcado por uma tradição de pensar e agir com bastante ênfase em sua resolutividade, criando protocolos, normas técnicas, e padronizações de procedimentos. Neste contexto de enquadramento mais definido, os efeitos da participação no grupo se orientam para a reflexão sobre ‘o que fazer’ e ‘como fazer’.

As resistências ao desenvolvimento de uma prática em saúde não discriminatória aparecem sob a forma de dúvidas e/ou desconhecimentos com relação aos enquadra-

mentos do campo, bem como por meio de uma elaboração equivocada do conceito de igualdade que funciona a favor da manutenção da desigualdade. Assim, a ampliação dos efeitos deste tipo de grupo neste contexto parece demandar uma introdução mais ativa de elementos que favoreçam a reflexão sobre o sentido político das práticas instituídas no campo da saúde. É o viés político que permite a compreensão mais ajustada da noção de igualdade que especificamente no campo da saúde e do Sistema Único da Saúde brasileiro ganha a formulação de equidade, justamente para considerar nuances e diferenças que o termo igualdade tende a suprimir.

Esta demarcação política e técnica é menos clara e mais controversa no contexto das práticas em educação. Embora o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (Resolução nº 1 de 15 de maio de 2006) incluam em seus textos menções ao respeito às diferenças de gênero e sexuais, a inclusão destes termos tem sido muito mais difícil e contestada do que no campo da saúde. A intensa resistência de grupos conservadores que cunharam o termo “ideologia de gênero”, propagou ideias equivocadas e fantasias aterrorizantes acerca de um projeto educativo que teria como finalidade destruir a família e seus valores. Em 2015, o Ministério da Cultura e Educação teve que lançar uma nota técnica esclarecendo os termos “gênero” e “orientação sexual”, definindo estes conceitos a partir de estudos científicos e reafirmando sua importância no contexto educativo (Nota técnica nº 24 de 17 de agosto de 2015). Entretanto, neste mesmo ano, em vários municípios brasileiros esses termos foram retirados dos Planos Municipais de Educação devido à pressão dos grupos opositores.

Nesse contexto controverso, os efeitos da participação no grupo foram relacionados às reflexões acerca ‘do que pode um educador fazer’. As resistências ao desenvolvimento de práticas educativas mais respeitadas com relação a diversidade sexual e de gênero apareceram por meio da ativação da imprecisa regulação política do campo. O educador pode encontrar respaldo legal para uma atuação sensível as questões de gênero e sexualidade, contudo, devido ao acirrado debate, possivelmente encontrará dificuldades. A potencialização dos efeitos do grupo neste contexto parece demandar estratégias que favoreçam a discussão sobre as possibilidades de amparo legal dos educadores e sobre formas de mobilização coletiva em favor de maior regulação política do campo.

Com relação ao contexto das práticas religiosas, o efeito marcante da participação nos grupos, segundo o relato dos participantes, está relacionado com a possibilidade de terem ‘conhecido e ouvido um outro’ a partir de sua própria voz. Considerando o contexto das práticas religiosas cristãs, entendemos que este efeito ganha proeminência uma vez que o discurso cristão tem sido constantemente acionado para, justamen-

te, negar a existência deste outro. Assim, o grupo abriu um espaço de contato com a diferença que possivelmente não se institui nos contextos religiosos nos quais a sexualidade é solicitada a apresentar-se dentro de um registro estritamente normativo. Aqui, as resistências ao desenvolvimento de práticas religiosas menos opressoras aparecem na formulação de um discurso de ajuda que aciona valores caros ao cristianismo (a dedicação ao cuidado do outro) a serviço de uma ‘colonização’ deste outro. Este discurso posiciona o outro no lugar de alguém que precisa de ajuda, posiciona o líder religioso como alguém capaz de oferecê-la e define os termos e direcionamento desta ajuda à revelia daquilo que o outro pode acreditar ser melhor pra si mesmo. O enquadramento deste jogo de posicionamento se dá a partir do conjunto de dogmas que orientam as práticas religiosas de matriz cristã, demarcando um contexto conversacional distinto daquele que identificamos nos grupos sobre saúde e educação mais atravessados por um enquadramento político das práticas. Portanto, os efeitos deste grupo poderiam ser potencializados por meio da ampliação da problematização do sentido de ‘ajuda’ com a introdução de considerações sobre seus efeitos com relação ao posicionamento das pessoas e a colonização da diferença.

## Referências

---

- Adelman, Míriam (2000). Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. *Revista de Sociologia e Política*, 14, 163-171.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782000000100009>
- Araujo, Maria A. L.; Galvão, Marli T. G.; Saraiva, Michelli M. M. & Albuquerque, Angela D. (2006). Relação usuário-profissional de saúde: experiência de uma mulher homossexual em uma unidade de saúde de referência de Fortaleza. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 10(2), 323-327.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452006000200022>
- Brasil. (2013). *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
- Gergen, Kenneth J., Gergen, Mary (2010). *Construcionismo social: um convite ao diálogo* (Trad. Gabriel Fairman). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Guimarães, Fernando. D. & Rosa, Mariléia C. (2012). Homofobia: a angústia e medo de ser o que se é. In *VI Congresso internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH*. Salvador, agosto, 2012.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. (DOU de 26/06/2014) Extraído de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>
- Louro, Guacira L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Ministério da Saúde, Brasil. (2006). *Carta dos direitos dos usuários da saúde*. Brasília: Autor.

- Ministério da Saúde. Brasil. (2010). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Autor.
- Moretti-Pires, Rodrigo O; Tesser-Júnior, Zeno C; Vieira, Marcelo, & Moscheta, Murilo S. (2016). Pastores, ovelhas desgarradas e as disputas pelo rebanho: Sobre a transcrucificação na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo em 2015. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 110, 99-116. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.6392>
- Moscheta, Murilo S. (2011). *Responsividade como recurso relacional para a qualificação da assistência à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Tese de doutorado inédita. Universidade de São Paulo.
- Moscheta, Murilo S.; Casarini, Karin A.; Souza, Laura V.; & Scorsolini-Comin, Fabio (2016) Da (Im)possibilidade do diálogo. *Psicologia e Sociedade*, 28(3), 516-525. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p516>
- Moscheta, Murilo S.; Souza, Laura V.; & Santos, Manoel A. (2016). Healthcare provision in Brazil: a dialogue between health professionals and lesbian, gay, bisexual and transgender service users. *Journal of Health Psychology*, 21(3), 369-378. <http://dx.doi.org/10.1177/1359105316628749>
- Nota técnica nº 24 de 17 de agosto de 2015. (Ministério da Educação e Cultura) Extraído de <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>
- Paiva, Vera; Aranha, Francisco & Bastos, Francisco I. (2008). Grupo de estudos em população, sexualidade e aids. Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional. *Revista Saúde Pública*, 42, 54-64. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102008000800008>
- Public Conversations Project. (2011). *Constructive conversations about challenging times: A guide to community dialogue*. Watertown, MA: Author.
- Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006.. (DOU de 16/05/2006), Extraído de [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)
- Rodriguez, Ana María M. (2014). *Experiência de atenção à saúde e percepções das pessoas transgêneras, transexuais e travestis sobre os serviços públicos de saúde em Florianópolis*. Dissertação de mestrado inédita. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Silva, Cristiana G.; Paiva, Vera & Parker, Richard (2013). Juventude religiosa e homossexualidade: desafios para a promoção da saúde e de direitos sexuais. *Interface*, 17(44), 103-117. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-32832013000100009>



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

**Atribución:** Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)